

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Entre:

- 1) Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representada por Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e
- 2) Clube Desportivo da Garcia, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede no Parque Desportivo Manuel Alegre, 2430 – 138 Marinha Grande, NIPC 501 395 369, representada por João Pedro Alves, na qualidade de Presidente de Direção e Nuno Ricardo Amado Coelho, na qualidade de Vice-Presidente, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.


Considerando que:

- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- c) Os apoios ou comparticipações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou comparticipações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo apresentado pela entidade beneficiária, para a época desportiva de 2014/2015.



2 – O programa de desenvolvimento desportivo, que constitui anexo ao presente contrato e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 2.ª

Obrigações do segundo outorgante

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral e atempada do programa de desenvolvimento desportivo anexo a este contrato;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar todos os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam susceptíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, no prazo de 30 dias após o final do período de execução mencionado na cláusula 3.ª, um relatório final sobre a execução do contrato-programa (até 31 de julho de 2015);
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, atletas e encarregados de educação, a celebração deste contrato programa.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

O presente contrato vigora pelo período de 10 meses, com início em 1 de setembro de 2014 e termo em 30 de junho de 2015.

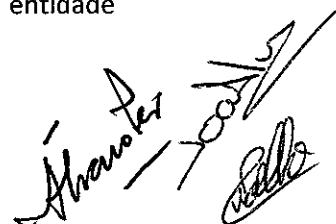
Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 – Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 2.200,00€ (dois mil e duzentos euros).

2 – A participação financeira corresponde a 11% do valor global dos custos previstos para a execução do programa de desenvolvimento desportivo.

3 – A componente financeira não abrangida pelo n.º anterior é assegurada pela entidade beneficiária.



4 – A comparticipação é liquidada integralmente até ao termo do mês de dezembro de 2014.

5 - Para efeitos do disposto no número anterior a entidade que pretende beneficiar de apoios financeiros deve prestar consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.

6 – O pagamento da comparticipação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

7 – A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: 06/040701, compromisso n.º 2812 de 3 de dezembro de 2014.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo de execução

1 – O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.

2 – A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.

Cláusula 6.ª

Revisão

O presente contrato pode ser modificado ou revisto nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 7.ª

Suspensão

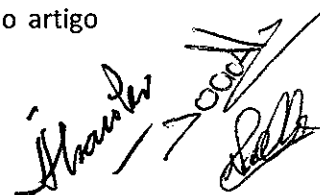
Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

Cláusula 8.ª

Cessação

1 – A vigência do presente contrato cessa:

- a) Quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;
- b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;



- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da cláusula 2.ª ou o n.º 2 da cláusula 5.ª.

2 – A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula 9.ª

Direito à restituição

É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

Cláusula 10.ª

Publicidade

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

Cláusula 11.ª

Omissões

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais normas de direito administrativo.

Cláusula 12.ª

Efeitos

1. O presente contrato reporta os seus efeitos a partir da data de 1 de setembro de 2014.
2. O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação de Câmara Municipal de 27 de novembro de 2014.

Marinha Grande, 10 de Dezembro de 2014

Álvaro Pereira

(Primeiro Outorgante)



Clube Desportivo Garcia

Parque Desportivo Manuel Alegre - Garcia

2430-138 Marinha Grande

NIF: 501 395 369

Tel: 244 552 633 | Tlm: 915 117 088

cdgarcia@sapo.pt & cdgarcia.comunicacao@nifp.pt

João Pedro Alves

(Segundo Outorgante)



Clube Desportivo da Garcia

Parque Desportivo Manuel Alegre, Garcia

2430-138 Marinha Grande

NIF: 501 395 369

Tel. & Fax: 244 552 633- 7 OUT. 2014

ENTRADA
E/0089/2014



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ANO DE 2014/2015

to NAIMUNW.
7 14.10.2014

Designação da Entidade Requerente

CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA

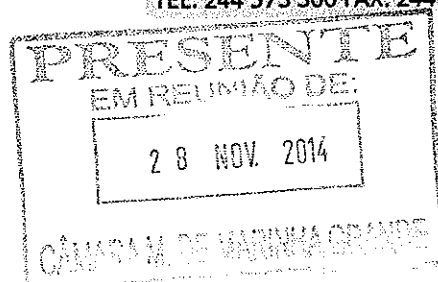
Para

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

PRAÇA GUILHERME STEPHENS

2430-960 - MARINHA GRANDE

TEL. 244 573 300 FAX. 244 561 710



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ANO DE 2014/2015

0. Objectivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, que aprova o regime jurídico dos contratos-programas de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como de patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais, carece da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a entidade concedente e a entidade beneficiária.

De acordo com o artigo 8.º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objectivos:

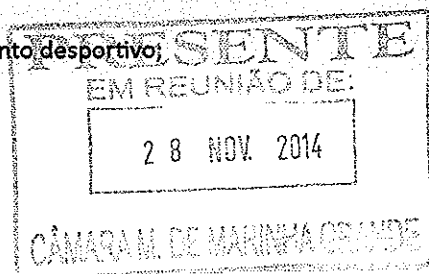
- a) Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da actividade física e do desporto;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- d) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- e) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

O n.º1 do artigo 11.º impõe a necessidade das associações e clubes desportivos que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Autarquia Local, que estes integrem, no respectivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objecto dessa comparticipação. Acresce ainda referir que no n.º2 do mesmo artigo clarifica-se o que se considera por programas de desenvolvimento desportivo:

- a) Os planos regulares de acção das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- b) Os planos de acção específica destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- c) Os projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- d) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

O artigo 12.º define claramente o seu n.º1 os elementos que os programas de desenvolvimentos desportivos devem conter, assim:

- a) Descrição e caracterização específica das actividades a realizar;
- b) Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- c) Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- d) Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respectivos cronogramas ou escalonamentos;
- e) Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições;
- f) Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
- g) Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
- h) Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;



i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respectiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessários à sua apreciação.

Por último no n.º 3 impõe que se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respectivos direitos e obrigações.

Assim, no sentido de facilitar a elaboração deste programa de desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal da Marinha Grande, desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura a efectuar e remetida à Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social do Município da Marinha Grande.

1.ª Parte - Conteúdo Funcional

1. Programa de Desenvolvimento Desportivo

* caracterizar o programa de desenvolvimento desportivo, seleccione, indicando com uma cruz (X), a(s) área(s) a que respeita esta candidatura. (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

☒ Plano de acção regular que visa o desenvolvimento de uma ou mais modalidades desportivas;

☒ Plano de iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto.

☐ Projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

2. Objecto do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade elaborar uma breve descrição e caracterização específica das actividades a realizar, indicando as diversas modalidades, escalões, campeonatos e provas oficiais que irá disputar, bem como a justificação do programa de desenvolvimento desportivo (alínea a) e b) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

A presente entidade, Clube Desportivo da Garcia, é uma associação de carácter desportivo, fundado a 10 de Junho de 1962, sendo o seu principal objectivo, a formação de camadas jovens em Futebol.

Ao longo dos anos, foram inúmeras equipas que passaram por este clube e que deram o seu contributo para fazer crescer este Clube.

Actualmente o Clube, dispõe de cinco equipas de futebol de formação, inscritas na Associação Futebol de Leiria, que realizam torneios distritais em vários escalões. Uma equipa de traquinas B, uma equipa de traquinas A, uma equipa de benjamins A, uma equipa de sub-13 e ainda uma equipa com atletas do ano de 2009/2010.

O CDG conta ainda com uma equipa de veteranos que desenvolve ao longo do ano um campeonato amigável de veteranos regional.

O CGD tem como objectivo continuar a colocar pais e filhos a mexer, deste modo irão continuar as aulas de fitness (Zumba) com o intuito de fomentar o desporto e bem estar aos mais velhos. Esta aula que envolve dança e aeróbica adequada a todas as faixas etárias. Sendo esta modalidade muito rítmica, na próxima época teremos à disposição de todos os sócios e público em geral uma nova modalidade um pouco mais calma, designada de Freemov, de forma a colocar todas as pessoas em movimento.

28 NOV. 2014

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

3. Quantificação dos Resultados Esperados com a Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade preencher os resultados, qualitativos e quantitativos, que pretende alcançar com o programa de desenvolvimento desportivo (alínea c) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

Na óptica deste clube, a quantificação de resultados, fica-se pela evolução dos jogadores e da aprendizagem dos mesmos. Os nossos resultados têm sido, até ao momento sempre bastante positivos visto que ano após ano, contamos com mais crianças que se querem inscrever neste Clube. Nesta época tivemos o privilégio de ter uma das equipas de traquinas B, vencedores da série C, futebol 5, das competições da A.F.L. Como é obvio os resultados contam, mas para nós o essencial é que os jogadores se sintam motivados para prática desta modalidade. Por isso contamos com os nossos treinadores, que todos os dias colaboram connosco para ensinar tudo o que sabem sobre futebol e todas as matérias ligadas entre si.

4. Identificação de outras entidades associadas à gestão do Programa de Desenvolvimento Desportivo (quando aplicável)

* neste campo deve a entidade identificar quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades (alínea f) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

A.F.L - Associação Futebol de Leiria - Organização e calendarização dos Jogos; Regulamentação das equipas.

F.P.F - Federação Portuguesa de Futebol

5. Relações de complementariedade com outros programas realizados ou em curso (quando aplicável)

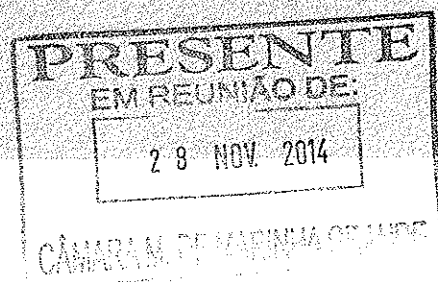
* neste campo deve a entidade preencher, caso se verifique, as relações de complementariedade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas (alínea g) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

6. Calendário e Prazo Global de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade preencher a data de início e o termo do programa de desenvolvimento desportivo (alínea h) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

Início da execução do Programa: 01/Setembro /2014

Termo da execução do Programa: 30/Junho/2015



2.ª Parte - Conteúdo Financeiro

7. Participação em Competições/Provas de Desporto Federado

Tabela 1-A Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputam competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades individuais). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respectivas federações, por modalidade desportiva individual e por escalão.

Modalidade Desportiva Individual	Escalão	N.º de Atletas	
		M	F
Total		0	0

Tabela 1-B Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputam competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades colectivas). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respectivas federações, por modalidade desportiva individual e por escalão.

Modalidade Desportiva Colectiva	Escalão	N.º de Atletas	
		M	F
Futebol 7	Sub-13	15	0
Futebol 7	Benjamins A	16	0
Futebol 5	Traquinas A	13	0
Futebol 5	Traquinas B	10	0
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> PRESENTE EM REUNIAO DE: 28 NOV. 2014 </div>			
Total		54	0

Handwritten signature and initials in the top right corner.

8. Previsão de Custos e de Receitas

* nestes campos deve a entidade preencher os custos e as receitas individualizadas por modalidade desportiva constante o programa de desenvolvimento desportivo (alínea d) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

Tabela 2-A Tabela a preencher com todas as despesas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
FUTEBOL FORMAÇÃO	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	€ 1 300,00
	Conservação e reparação de materiais desportivos	€ 1 200,00
	Aquisição de equipamentos desportivos	€ 1 000,00
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	€ 6 500,00
	Inscrições e seguros de atletas	€ 2 500,00
	Alimentação e estadia	€ 1 500,00
	Outros custos	€ 3 000,00
	Total	€ 17 000,00

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
AULA DE FITNESS ZUMBA	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	€ 1 400,00
	Conservação e reparação de materiais desportivos	€ 0,00
	Aquisição de equipamentos desportivos	€ 100,00
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	€ 300,00
	Inscrições e seguros de atletas	€ 50,00
	Alimentação e estadia	€ 0,00
	Outros custos	€ 0,00
	Total	€ 1 850,00

PRESENTE
EM REUNIAO
28 NOV. 2014
CAPIVAMULS BARRIO AGOSTO

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	€ 1 000,00
	Conservação e reparação de materiais desportivos	€ 0,00

AULA DE FITNESS FREEMOOV	Aquisição de equipamentos desportivos	€ 100,00
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	€ 50,00
	Alimentação e estadia	€ 0,00
	Outros custos	€ 0,00
	Total	€ 1 150,00

Tabela 2-B Tabela a preencher com todas as receitas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
FUTEBOL DE FORMAÇÃO	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	€ 1 700,00
	Patrocínios / Publicidade	€ 3 500,00
	Bilheteira	€ 0,00
	Subsídios da Câmara Municipal	€ 2 500,00
	Subsídios de outras entidades públicas	€ 2 500,00
	Apoios e donativos particulares	€ 2 800,00
	Outras receitas	€ 3 500,00
	Total	€ 16 500,00

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
AULA DE FITNESS ZUMBA	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação	€ 2 600,00
	Patrocínios / Publicidade	€ 0,00
	Bilheteira	€ 0,00
	Subsídios da Câmara Municipal	€ 0,00
	Subsídios de outras entidades públicas	€ 0,00
	Apoios e donativos particulares	€ 0,00
	Outras receitas	€ 0,00
	Total	€ 2 600,00

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
28 NOV. 2014
AMADA M. FERREIRA CRANDE

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
AULA DE FITNESS FREEMOOV	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação	€ 1 500,00
	Patrocínios / Publicidade	€ 0,00
	Bilheteira	€ 0,00
	Subsídios da Câmara Municipal	€ 0,00
	Subsídios de outras entidades públicas	€ 0,00
	Apoios e donativos particulares	€ 0,00
	Outras receitas	€ 0,00
	Total	€ 1 500,00

Tabela 3 Tabela a preencher com o valor total das despesas e receitas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Total de Despesas Tabela 2-A	€ 20 000,00
Total de Receitas Tabela 2-B	€ 20 600,00

9. Outras Informações

* neste campo deve a entidade preencher outras informações que considere relevantes na análise do programa de desenvolvimento desportivo

A previsão de resultados para a próxima época é positiva, mas como iremos continuar com obras de melhoramentos nas nossas instalações não sabemos se teremos gastos adicionais.

Uma das despesas que teremos em breve será a aquisição de nova carrinha para transporte de atletas, pois actualmente o clube não dispõe de veículo para se deslocar.

10. Responsáveis pela assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo deverá ser obrigatoriamente assinado pelos responsáveis da entidade, de acordo com a forma de obrigar. Assim deve indicar o nome completo, morada e número contribuinte do(s) responsável(eis) pela entidade:

Responsável 1:

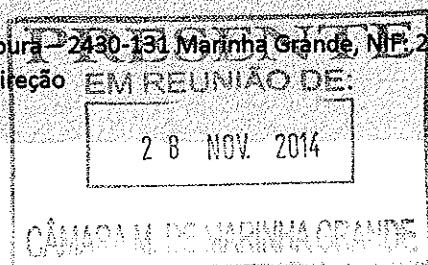
Nome: João Pedro Alves, Rua dos Alves, nº 24, Lameira da Garcia, 2430-138 Marinha Grande, NIF: 223746827

Membro da direcção com as funções de: Presidente de Direcção

Responsável 2:

Nome: Nuno Ricardo Amado Coelho, Rua Principal nº52 – Escoura, 2430-131 Marinha Grande, NIF: 227360320

Membro da direcção com as funções de: Vice-Presidente de Direcção



[Handwritten signature]

11. Assinatura do Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser acompanhado pelas declarações válidas de não dívida às Finanças e à Segurança Social, devendo existir o consentimento expresso para a consulta da situação tributária por parte dos serviços da Câmara Municipal.

O presente documento deverá ser devidamente assinado e carimbado pelo Presidente da direcção, ou um seu representante.

Data: 29 / 09 / 2014

O Presidente da Direcção

Clube Desportivo Garcia
Parque Desportivo Manuel Alegre - Lardos
2430-138 Marinha Grande
NIF: 501 395 369
Tel: 244 552 633 | Tlm: 915 117 080
cdgarcia@desport.garcia.cm-marinhagrande.pt



[Handwritten signature: João Pedro Alves]

12. Relatório Final do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Tomei conhecimento que após a conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, terá de ser elaborado e enviado um relatório, à Câmara Municipal da Marinha Grande, até 31 de Julho de 2014, que avalia os pontos n.º 2, 3, 7 e 8 deste Programa, conforme disposto no n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de Outubro.

Recebido em 1 / 10 / 2014 por *[Handwritten signature]*
(a preencher pela Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social)

